

Investimento na habitação será financiado a fundo perdido

Pedro Nuno Santos explica que verba europeia prevê recuperação e reconstrução de 26 mil fogos até 2026. Dotação estima investimento de 1,2 mil milhões de euros em habitação social



APRILINO MEIRELES / GLOBAL IMAGES

SABER MAIS

Regulação do mercado

Na opinião da economista Ana Cordeiro Santos, investigadora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, é preciso regular o valor do mercado do arrendamento e criar “políticas fiscais que penalizem os fogos devolutos” à espera de valorização.

Habitação jovem

A presidente do Conselho Nacional de Juventude, Rita Saias, frisou que os jovens só têm acesso à habitação própria com ajuda dos familiares e que as “jovens famílias precisam de saber que o Estado, para o qual vão contribuir, também lhes dá respostas”.

Apoio a minorias

Mónica Farinha, presidente do Conselho Português para os Refugiados, destacou que a abordagem do PRR equipara os refugiados às restantes pessoas em situação vulnerável. E destacou a necessidade de apartamentos de pré-autonomia ou de autonomia com supervisão para os menores desacompanhados. Já Henrique Joaquim, coordenado da Estratégia Nacional de Integração dos Sem-Abrigo alertou que os grupos mais vulneráveis se diversificaram com a pandemia.

Mais cooperativas

O ministro Pedro Nuno Santos lembrou a importância das cooperativas de habitação na construção do parque habitacional de alguns municípios e pretende que o modelo volte a ter relevo.

Ministro das Infraestruturas diz que plano também vai investir em habitações acessíveis à classe média

Ana Gaspar*
agasp@jn.pt

FINANCIAMENTO O ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, anunciou ontem que a renovação e construção do parque habitacional público, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), vão ser financiadas na totalidade pelos fundos de Bruxelas. Está prevista a reabilitação ou construção de 26 mil casas até 2026.

No final de uma sessão com autarcas, associações não governamentais que trabalham neste âmbito, e outras instituições públicas, sobre o PRR, o governante frisou que o objetivo do plano não se destina só a providenciar casas dignas à população mais carenciada. Também se pretende o investimento na habitação a custos acessíveis para a população com rendimentos intermédios e a criação da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário.

O PRR prevê para a habitação uma dotação de 1633 milhões de euros. Destes, 1251 são para a reestruturação do parque de habitação social e 186 milhões para a Bolsa de Alojamento Urgente. Os restantes 196 milhões destinam-se aos parques habitacionais das regiões autónomas: 136 milhões para a Madeira e 60 milhões para os Açores.

“PASSO DE GIGANTE”

O ministro assumiu que a verba é insuficiente para as necessidades do país. “Ainda assim, é o maior investimento público nas últimas décadas”, disse. O problema não se resolve, mas dá-se “um passo de gigante”, numa área “em que a administração central se tinha demitido das suas responsabilidades há muitos anos”.

Segundo Pedro Nuno Santos, o parque público habitacional representa cerca de 2% da totalidade da habitação no país. Enquanto que em países do Norte da Euro-

pa, como a Holanda, representa 30% a 40%. Número que mostra o atraso do país “e a ausência de instrumentos para dar respostas às necessidades”.

O ministro lamentou a aposta feita no recurso ao crédito bonificado à habitação, que levou ao “endividamento de muitas famílias”, e que este programa pretende mudar esse paradigma. Deve-se “privilegiar o arrendamento por opção ao endividamento”. E também que se tivesse optado por alienar o património do Estado durante muito anos, que deixou agora uma “maior dificuldade para responder às necessidades de habitação”, frisou. No entanto, a prioridade será dada à reabilitação do património existente e só depois se deverá construir novos edifícios.

Da parte dos parceiros, Manuel Machado, na qualidade de presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP),

salientou a necessidade de reconhecimento do papel dos municípios na habitação, acrescentando que as autarquias não sabem qual será o seu “papel estratégico” na operacionalização do plano.

O autarca de Coimbra sublinhou a necessidade de os municípios serem chamados ao nível do planeamento estratégico e da execução dos projetos, “dotando-os dos instrumentos legais e dos recursos financeiros adequados ao exercício destas responsabilidades”.

Paula Marques, dirigente da Associação Portuguesa de Habitação Municipal, alertou, por seu lado, para as famílias que vão deixar de ter moratórias no crédito à habitação, apelando a “medidas transitórias de subsidiação”. A responsável destacou também a necessidade de “tirar o direito à habitação da lógica do mercado” e que o PRR é “uma alavanca” para aumentar a habitação pública. ● COM JOÃO QUEIROZ